

Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 362.874 - RS
(2013/0195923-6)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL
PETROS
ADVOGADOS : REJANE MACAGNAN E OUTRO(S) - RS048778
DEMETRIUS ADRIANO DA SILVA CARVALHO - RS057770
DAYANNE ALVES SANTANA E OUTRO(S) - DF036906
ÉRITON FRANCISCO PANTA DE OLIVEIRA - RS049430
LARISSA CRISTINE DE MENEZES MOTTA E OUTRO(S) -
DF052895
RECORRIDO : CLAUDIA GARCIA PFUTZE
ADVOGADOS : PATRÍCIA ZOCH LOPES - RS038027
LÚCIO MACHADO FONTOURA E OUTRO(S) - RS035747

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. ARTS. 5º, INCISO XXXVI, E 202, *CAPUT*, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o

Superior Tribunal de Justiça

conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 211 do STJ.

3. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

4. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

5. No caso concreto, o acolhimento da pretensão dos agravantes, a respeito de suposto excesso de execução, demandaria incursão no acervo probatório dos autos, inviável em recurso especial.

6. Agravo interno a que se nega provimento". (fls. 457/458)

Foram, então, opostos embargos declaratórios, os quais foram rejeitados, em julgado assim sumariado:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

2. No caso concreto, não se constata os vícios alegados pela parte embargante, que busca rediscutir matéria devidamente examinada pela decisão embargada, o que é incabível nos embargos declaratórios.

3. Embargos de declaração rejeitados". (fls. 482/487)

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 490/506), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos artigos 93, inciso IX, 5º, inciso XXXVI, e 202, *caput*, todos da Constituição Federal, alegando, para tanto, ausência de fundamentação, e que "ao referendar a decisão do Tribunal de piso, o Col. Superior Tribunal de Justiça malfez previsão constitucional da formação de prévio aporte de reservas matemáticas que façam frente ao benefício, frise-se, contratado, o que não ocorreu na hipótese dos autos".

As contrarrazões não foram apresentadas. (fl. 514)

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige

Superior Tribunal de Justiça

que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo interno interposto contra a decisão que negou provimento ao agravo em recurso especial, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação do aresto:

A insurgência não merece acolhida.

A agravante não trouxe nenhum argumento capaz de afastar os termos da decisão agravada, motivo pelo qual deve ser mantida por seus próprios fundamentos (e-STJ fls. 428/430):

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/1973, art. 544) contra decisão que inadmitiu o recurso especial sob os seguintes fundamentos: (a) aplicação das Súmulas n. 7 e 182 do STJ (e-STJ fls. 308/312).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 263):

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESERVA DE POUPANÇA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. CÁLCULOS DOS AGRAVADOS EM CONFORMIDADE COM O TÍTULO EXECUTIVO. IMPOSTO DE RENDA. NECESSIDADE DE CÁLCULOS E RETENÇÃO. RECOLHIMENTO. RESPONSABILIDADE DA AGRAVANTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. CABIMENTO. CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RESTITUIÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. ISENÇÃO NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1989 A DEZEMBRO DE 1995.

AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração foram acolhidos em parte e estão assim ementados (e-STJ fls. 255):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESERVA DE POUPANÇA. RESTITUIÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. ISENÇÃO DO NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1989 A DEZEMBRO DE 1995.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS EM PARTE.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 276/283), fundamentado

Superior Tribunal de Justiça

nos art. 105, III, "a", da CF, a recorrente alegou, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos seguintes dispositivos legais, sob as respectivas teses:

(i) art. 475-L do CPC/1973, da Lei n. 8.541/1992 e da LC n. 109/2001, sustentando que "há equívoco na decisão com relação ao montante devido a título de verba honorária, vem que são devidos apenas 2/3 do percentual de 15% da condenação", que é "necessário existir o desconto do percentual de custeio administrativo previsto na Lei Complementar n. 109/2001, no percentual de 6%, além do valor do imposto de renda retido na fonte" e que deve ser mantida a decisão do agravo de instrumento interposto (e-STJ fl. 281),

(ii) art. 743, I, do CPC/1973, defendendo que há majoração indevida dos valores a serem pagos, uma vez que "o correto seria aplicar os índices de correção monetária previstos no Regulamento Petros até a data do resgate de reserva de poupança ocorrido em 25/04/03, data do desligamento com a Petros" (e-STJ fl. 281), e

(iii) art. 20 do CPC/1973, afirmando que a fixação dos honorários advocatícios foi feita de forma errada por ser apurada em 15% sobre o valor total calculado para cada autor. Insurgiu-se, ainda, contra a fixação de honorários na fase de impugnação ao cumprimento de sentença.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 295/306).

No agravo (e-STJ fls. 316/328) afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

A recorrente apontou, de forma genérica, a ofensa à Lei n. 8.541/1992 e à LC n. 109/2001, sem indicar, todavia, nenhum dispositivo que tenha sido ofendido ou como a Corte local teria negado vigência às mencionadas leis. Desse modo, a fundamentação recursal mostra-se deficiente e atrai a aplicação, por analogia, da Súmula n. 284/STF.

A Justiça local não se manifestou quanto ao art. 475-L do CPC/1973. Dessa forma, sem ter sido objeto de debate na decisão recorrida, a matéria carece de prequestionamento e sofre, por conseguinte, o empecilho da Súmula n. 211/STJ.

Ao tratar do suposto excesso de execução, por equívoco nos cálculos apresentados, o Tribunal de origem assim se pronunciou (e-STJ fl. 268):

Os cálculos, portanto, apresentados pelos recorridos não trazem excesso de execução. Apenas, e propositadamente repetindo, do valor apontado é preciso que se reserve a quantia devida pelos agravados a título de imposto de renda, que deverá ser colocada à disposição da agravante para o devido recolhimento.

A modificação das conclusões do acórdão recorrido, portanto, demandaria o revolvimento de matéria de fato, vedada em recurso especial, a teor da Súmula n. 7/STJ.

Quanto à fixação de honorários na fase de cumprimento de sentença, o TJRS assim se manifestou (e-STJ fl. 268):

Por fim, relativamente aos honorários advocatícios fixados por

Superior Tribunal de Justiça

ocasião do julgamento da impugnação ao cumprimento da sentença, não prospera o recurso.

Muito embora o recente entendimento do Superior Tribunal de Justiça, em recurso repetitivo, ao qual me filio, no sentido de que não são cabíveis, em regra, honorários advocatícios na impugnação ao cumprimento de sentença, o caso dos autos demanda solução diversa. E que o entendimento do STJ pressupõe a fixação de honorários advocatícios na fase do cumprimento da sentença. Daí o descabimento de nova fixação de honorários por ocasião do julgamento da impugnação. Ocorre que não houve fixação de honorários advocatícios para a fase do cumprimento de sentença, o que impede o afastamento da condenação da agravante ao pagamento de honorários advocatícios. No caso, pois, os honorários fixados na impugnação estão produzindo os efeitos que os honorários no cumprimento da sentença produziram.

Das razões do recurso especial, verifica-se que a agravante não refutou o fundamento relativo à fixação da verba honorária na fase de impugnação diante da ausência de condenação para a fase de cumprimento de sentença. Dessa forma, remanescendo não impugnado fundamento suficiente para a manutenção das conclusões do acórdão recorrido, incide a Súmula n. 283 do STF.

Por fim, o reexame dos critérios fáticos sopesados de forma equitativa para a fixação dos honorários advocatícios revela-se, em princípio, inviável no âmbito do recurso especial, em virtude da vedação da Súmula n. 7/STJ (AgRg no AREsp n. 766.159/MS, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/6/2016, DJe 9/6/2016 e AgInt no AREsp n. 895.899/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/8/2016, DJe 23/8/2016).

Excepcionalmente, porém, autoriza-se a modificação do valor da verba honorária, quando irrisório ou abusivo o montante fixado (REsp n. 1.601.556/RJ, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/6/2016, DJe 20/6/2016, e AgRg no AREspn. 129.309/PI, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 24/5/2016, DJe 3/6/2016).

No caso dos autos, o valor estabelecido pelas instâncias de origem em 15% (quinze por cento) sobre o valor executado não enseja a intervenção do STJ.

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

A indicação de ofensa à Lei Complementar n. 109/2001 se deu de forma genérica, sendo apontado o dispositivo legal tido como violado apenas nas razões do agravo interno.

Quanto à Lei n. 8.541/1992, com efeito, houve menção ao art. 46 nas razões do recurso especial. Porém, a questão a respeito da inclusão do valor do imposto de renda no cálculo objeto de execução, caracterizando suposto excesso, enquadra-se no fundamento da Súmula n. 7 do STJ, pois verificar a pretensão da agravante demandaria revolvimento de matéria de fato, vedada em recurso especial.

Além disso, a agravante não impugnou a incidência da Súmula n. 283 do STF, utilizada como um dos fundamentos para afastar a pretensão referente aos honorários advocatícios, e não quanto ao excesso de execução.

Por fim, embora afirme o prequestionamento implícito do art. 475-L do CPC/1973, não há no acórdão recorrido o apreciação de tese relativa

Superior Tribunal de Justiça

ao mencionado dispositivo legal.

Assim, não prosperam as alegações constantes do recurso, incapazes de alterar os fundamentos da decisão impugnada.

Diante do exposto, NEGOU PROVIMENTO ao agravo interno. (fls. 457/464)

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, não prospera a alegação de ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, uma vez que o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Ademais, quanto à mencionada vulneração aos artigos 5º, inciso XXXVI, e 202, *caput*, ambos da Constituição Federal, da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário negou provimento ao agravo interno, mantendo integralmente decisão monocrática que não avançou ao mérito da controvérsia em razão da incidência dos enunciados 284 da Súmula do STF, e 211 e 7, ambos da Súmula do STJ.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

E, exatamente por isso, vale dizer, a não análise do mérito, fica inviabilizado o exame das questões suscitadas neste recurso extraordinário, relacionadas à apontada ofensa aos artigos 5º, inciso XXXVI, e 202, *caput*, ambos da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira e segunda partes, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente